

PRENOTAÇÃO Nº
635852

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS DA GLOBO CABO S.A.

Pelo presente instrumento particular, **GLOBO CABO S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Verbo Divino, nº 1356, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.108.786/0001-65, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente “Emissora” e **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, doravante simplesmente denominado “Agente Fiduciário”, vêm por esta e em regular forma de direito celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Não Conversíveis da Globo Cabo S.A.” (doravante, respectivamente, a “Escritura de Emissão”, a “Emissão” e as “Debêntures”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com autorização da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 23 de novembro de 2000 (a “AGE”), complementada pelas Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 29 de novembro de 2000 e [•] de [•] de 2001 (as “RCAs”).

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (doravante designada simplesmente “CVM”), na forma das Leis nº 6.385/76 e nº 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração

As atas da AGE e das RCAs que deliberaram sobre a Emissão das Debêntures foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (a “JUCESP”), tendo sido a AGE publicada em 28 de novembro de 2000 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Valor Econômico, nos termos da Lei nº 6.404/76. As RCAs foram publicadas,

respectivamente, em 05 de dezembro de 2000 e em [•] de [•] de 2001, nos jornais acima referidos.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76. O Aditamento referido no item 3.9.1.1. abaixo deverá ser averbado à margem do registro desta Escritura de Emissão.

2.4. Da Delegação ao Conselho de Administração

A AGE da Emissora autorizou o Conselho de Administração da Emissora a proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das Debêntures, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

A Emissão observará as seguintes características e condições:

3.1. Número de Séries

A Emissão será efetuada em série única.

3.2. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de dezembro de 2000 (a “Data de Emissão”).

3.3. Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

3.4. Quantidade de Títulos

Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures.

3.5. Valor Total da Emissão



O valor total da Emissão será de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão.

3.6. Prazo e Vencimento

As Debêntures terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de dezembro de 2003 (a “Data de Vencimento”). Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder à liquidação total das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos juros remuneratórios, na forma do item 3.9 desta Cláusula.

3.7. Tipo, Forma e Conversibilidade

As Debêntures serão do tipo escritural, da forma nominativa e não conversíveis em ações da Emissora.

3.8. Espécie

3.8.1. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, conforme o parágrafo primeiro do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76, com privilégio geral sobre os ativos da Emissora e preferência sobre qualquer nova emissão de debêntures que venha a contar com garantia flutuante.

3.8.2. As Debêntures serão preferidas em seu privilégio sobre os ativos da Emissora, pelas debêntures da 1ª e da 2ª emissão da Emissora, que também contam com garantia flutuante, conforme o parágrafo terceiro do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

3.9. Juros Remuneratórios

3.9.1. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário, e estabelecidos com base na taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, “over extra grupo” expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a “CETIP”) e no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, doravante denominada “Taxa DI”, acrescida exponencialmente, conforme fórmula indicada no item 3.9.6, de *spread* máximo de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 dias (o “Acréscimo sobre a Taxa DI” e os “Juros Remuneratórios”).



3.9.1.1. O Acréscimo sobre a Taxa DI será apurado de acordo com o procedimento de *bookbuilding* a ser organizado e conduzido pelos coordenadores, que consiste na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de *spread*. A remuneração final será equivalente à Taxa DI acrescida, exponencialmente, do menor *spread* oferecido pelos investidores para lotes de Debêntures cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures objeto da presente Emissão. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Emissora fixará o Acréscimo sobre a Taxa DI, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da Emissão que lhe foram delegados na AGE. O Acréscimo sobre a Taxa DI constará de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado à margem do registro a que se refere o item 2.3. da Cláusula Segunda desta Escritura de Emissão.

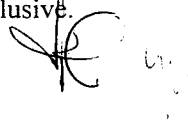
3.9.1.2. A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais divulgado pela CETIP.

3.9.2. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, observados os itens seguintes:

a) Período de Incidência da Remuneração é o período compreendido entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento das Debêntures, ou seja, de 01 de dezembro de 2000 até 01 de dezembro de 2003, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração definidas nesta Escritura de Emissão.

b) Período de Capitalização é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Juros e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Juros e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Juros subsequente, sendo:

- (i) o 1º Período de Capitalização terá início em 01 de dezembro de 2000 e se encerrará em 31 de maio de 2001, inclusive;
- (ii) o 2º Período de Capitalização terá início em 01 de junho de 2001 e se encerrará em 30 de novembro de 2001, inclusive;
- (iii) o 3º Período de Capitalização terá início em 01 de dezembro de 2001 e se encerrará em 31 de maio de 2002, inclusive;
- (iv) o 4º Período de Capitalização terá início em 01 de junho de 2002 e se encerrará em 30 de novembro de 2002, inclusive;
- (v) o 5º Período de Capitalização terá início em 01 de dezembro de 2002 e se encerrará em 31 de maio de 2003, inclusive; e
- (vi) o 6º Período de Capitalização: início em 01 de junho de 2003 e se encerrará em 30 de novembro de 2003, inclusive.



Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures.

c) Os Juros Remuneratórios serão devidos nas datas definidas a seguir (designadas, individualmente, “Data de Pagamento de Juros”):

- (i) 1º Pagamento de Juros: 01 de junho de 2001;
- (ii) 2º Pagamento de Juros: 01 de dezembro de 2001;
- (iii) 3º Pagamento de Juros: 01 de junho de 2002;
- (iv) 4º Pagamento de Juros: 01 de dezembro de 2002;
- (v) 5º Pagamento de Juros: 01 de junho de 2003; e
- (vi) 6º Pagamento de Juros: 01 de dezembro de 2003.

3.9.3. Para a apuração do valor de quaisquer das obrigações de pagamento das Debêntures a serem liquidadas em datas para as quais, por qualquer motivo, a Taxa DI não seja conhecida, será utilizada a Taxa DI divulgada pela CETIP na data imediatamente anterior, não sendo devidas, na hipótese de divulgação posterior de Taxa DI, quaisquer compensações financeiras, tanto à Emissora quanto aos debenturistas.

3.9.4. Persistindo a ausência de divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou caso a Taxa DI não mais possa ser utilizada para referenciar a remuneração de debêntures, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, o Agente Fiduciário convocará os debenturistas para, reunidos em Assembléia de Debenturistas, deliberarem, em conjunto com a Emissora, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado como “Taxa Substituta da Taxa DI”, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à Emissora, caso discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembléia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures, vigendo até o resgate o critério de remuneração deliberado pela referida Assembléia de Debenturistas.

3.9.5. Para todos os efeitos deste item 3.9. será considerado o ano de 252 dias. Caso a taxa aplicável, qual seja, a Taxa DI ou a Taxa Substituta da Taxa DI seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.



5



3.9.6. A apuração das parcelas de Juros Remuneratórios que deverão ser pagas pela Emissora, nas datas de vencimento dos Juros Remuneratórios, será realizada mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$$JR = VN \times [(f_{j_1} \times f_{j_2} \times \dots \times f_{j_n}) - 1]$$

onde,

JR = valor em Reais dos juros a serem pagos na data de pagamento;

VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização;

j = cada dia útil (de 1 a “n”) compreendido entre o início e o término de cada Período de Capitalização;

fj = fator da Taxa DI do dia útil “j” acrescida do Acréscimo sobre a Taxa DI determinado, calculado conforme a fórmula abaixo:

$$Fj = \left[\left(1 + \frac{TaxaDIj}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \times \left(1 + \frac{S}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right]$$

Taxa DIj = Taxa DI do dia útil “j”; e

S = acréscimo exponencial sobre a Taxa DI.

O Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados e não pagos, desde a data de início de cada Período de Capitalização, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNA = VN \times [f_{j_1} \times f_{j_2} \times \dots \times f_{j_n}]$$

onde,

VNA = Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados e não pagos.





3.10. Prazo e Forma de Subscrição

As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados do deferimento do pedido de registro da emissão das Debêntures pela CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP.

A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (a “Data de Integralização”). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

3.11. Amortização

O pagamento relativo ao Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizado em uma única parcela, na Data de Vencimento.

3.12. Procedimento de Colocação


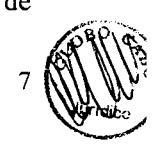
As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição de acordo com o disposto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13/80. Dessa forma, não serão admitidas reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos, sendo que serão atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores que desejarem efetuar a subscrição e/ou a aquisição das Debêntures.

3.13. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

3.14. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade da Emissora no pagamento de qualquer das parcelas dos Juros Remuneratórios ou no pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Vencimento, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos, independentemente de


7

aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês e (iii) aos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora.

3.15. Decadência do Direito aos Acréscimos


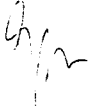
Sem prejuízo do disposto no item 3.14. supra, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

3.16. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo segundo, do Artigo 55, da Lei nº 6.404/76. Nesta hipótese, as Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

3.17. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures, serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a esse sistema, na sede da Emissora.

3.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de término dos referidos prazos, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, aos valores a serem pagos.

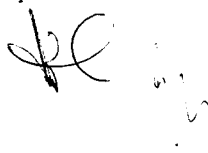
3.19. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados na forma de avisos, no jornal Valor Econômico, edição nacional, ou na sua impossibilidade em veículo semelhante.

3.20. Vencimento Antecipado

3.20.1. São considerados eventos de vencimento antecipado (os “Eventos de Vencimento Antecipado”), sujeitos, observado o disposto no item 3.20.2 abaixo, à declaração, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado da Emissão e à imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) perda do controle acionário da Emissora, direto ou indireto, por parte da Globo Comunicações e Participações S.A.;
- b) pedido de concordata preventiva ou de autofalência formulado pela Emissora ou a decretação da falência da Emissora;
- c) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora cujo valor global inadimplido ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da sua ocorrência;
- d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Emissão;

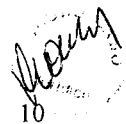
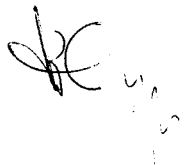


- e) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na presente Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir de aviso por escrito expedido pelo Agente Fiduciário;
- f) não enquadramento da Emissora, por dois trimestres consecutivos, no Índice-Limite estabelecido no item 4.1.7. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, considerados, para tanto, os trimestres encerrados em março, junho, setembro e dezembro de cada ano;
- g) início de execução de garantia prestada pela Emissora em montante igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se a execução for proposta por comprovado erro ou má-fé ou se for extinta em até 10 (dez) dias, contados da data da citação da Emissora; e
- h) liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Emissora, que possa afetar, direta ou indiretamente, as garantias e o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.

3.20.2. A declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário dependerá de prévia deliberação dos debenturistas reunidos em assembléia convocada especialmente para esse fim, observado o disposto na Cláusula Sexta desta Escritura de Emissão.

3.20.3. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde o início do Período de Capitalização vigente até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos de mora previstos no item 3.14. desta Cláusula Terceira.

3.20.4. O não exercício, pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas, da faculdade prevista neste item 3.20. constitui mera liberalidade, não implicando, em hipótese alguma, em renúncia de direitos, novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.



3.20. Destinação dos Recursos

Os recursos captados com a colocação das Debêntures serão integralmente destinados, depois do pagamento das despesas relacionadas com o processo de emissão e distribuição das Debêntures, imediatamente, para o pagamento do adiantamento realizado pelo sindicato de bancos formado por (i) Banco J.P. Morgan S.A., (ii) Banco Chase Manhattan S.A., (iii) Banco Santander Brasil S.A., (iv) BankBoston Banco Múltiplo S.A., (v) Multi Banco S.A. e (vi) ING Bank N.V., celebrado em 21 de dezembro de 2000, no valor de R\$ 50 milhões. Após o pagamento retro, o valor remanescente será destinado ao pagamento de juros e amortização de endividamento de curto prazo da Emissora, principalmente de dívidas de curto prazo que foram incorporadas pela Emissora em decorrência das aquisições da Vicom Ltda. e da Net Sul S.A., alterando o perfil da dívida da Emissora de curto para longo prazo.



Cláusula Quarta - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

4.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

4.1.1. fornecer ao Agente Fiduciário:

- a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre civil, cópia dos demonstrativos financeiros relativos ao trimestre civil findo;
- b) dentro de, no máximo, 90 dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado;
- c) trimestralmente, declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo no que se refere à manutenção do Índice-Limite;
- d) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM; e
- e) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada;

4.1.2. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures;


4.1.3. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

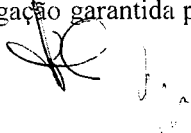
4.1.4. efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207, de 1º de fevereiro de 1994;

4.1.5. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para a prestação desse serviço;

4.1.6. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o reembolso de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, nos termos do item 5.9. da Cláusula Quinta abaixo;

4.1.7. observar o seguinte índice econômico-financeiro (o “Índice-Limite”): a Emissora e suas controladas, consideradas conjuntamente, não poderão apresentar Endividamento Líquido registrado nos demonstrativos trimestrais consolidados superior a 6 (seis) vezes o EBITDA consolidado anualizado. Para os fins deste item 4.1.7., considerar-se-á:

- (i) Endividamento Líquido Consolidado como: (a) qualquer obrigação da Emissora e de suas controladas, contingente ou de qualquer forma exigível, que seja representada por (a.1) empréstimos contraídos (independentemente da existência de garantia do credor baseada na totalidade ou parte dos ativos da Emissora e de suas controladas), seja na forma de antecipação de recursos, conta corrente a descoberto ou linhas de crédito de qualquer natureza, (a.2) notas promissórias emitidas no Brasil ou no exterior, debênture ou instrumento de natureza similar, cartas de crédito (incluindo a obrigação de compra de moeda), (a.3) obrigações relacionadas ao pagamento de aluguel ou outros valores relacionados à compra de bens contabilizados como ativo da Emissora que devam ser classificados como *leasing* financeiro de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a compra diferida de bens imóveis, e (a.4) contratos de proteção contra variação das taxas de juros, contratos de câmbio, contratos de proteção contra variações cambiais ou quaisquer outros contratos de natureza similar; (b) qualquer obrigação de terceiros de natureza similar às obrigações da Emissora descritas no item (a) acima, na qual a Emissora e/ou suas controladas tenham prestado garantia ou que de outra forma tenham se coobrigado; e (c) qualquer obrigação garantida por ônus ou gravame sobre os bens ou ativos da Emissora e/ou



12



de suas controladas, independentemente de tais obrigações garantidas terem sido assumidas pela Emissora e/ou suas controladas. Do somatório dos itens (a), (b) e (c), a serem considerados para cálculo do endividamento líquido, serão excluídas as disponibilidades financeiras da Emissora, assim entendidas aquelas descritas no artigo 179, inciso I, da Lei 6.404/76; e

- (ii) EBITDA como o somatório do (a) lucro (prejuízo) depois da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, (b) despesa financeira líquida, (c) provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, (d) depreciações e amortizações, (e) outras despesas líquidas não operacionais, (f) prejuízos decorrentes de participações minoritárias nos resultados de empresas com demonstrações financeiras consolidadas; e (g) prejuízo nos resultados de sociedades nas quais a Emissora detenha participação relevante (ou seja, empresas nas quais a Emissora tenha participação acionária entre 20% e 50% do capital total da sociedade investida, sempre determinados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil), conforme indicados no balanço patrimonial consolidado da Emissora, do último trimestre auditado, multiplicado por quatro.

O Índice-Limite de que trata este item 4.1.7. será medido e analisado toda vez que a Emissora divulgar suas demonstrações financeiras trimestrais.

4.1.8. enviar, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, informações que comprovem o cumprimento do Índice-Limite;

4.1.9. manter sempre válidas e em vigor as licenças, autorizações e concessões para exploração de serviços de TV a Cabo junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (“ANATEL”) e na legislação em vigor;

4.1.10. comunicar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, ao Agente Fiduciário o descumprimento, pela Emissora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão de natureza pecuniária ou não (inclusive no que se refere ao cumprimento do Índice-Limite) e/ou de quaisquer contratos que a Emissora seja parte; e

4.1.11. comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação dos *ratings* concedidos à presente emissão ou à Emissora, bem como o início de qualquer processo de revisão destes *ratings*.

Cláusula Quinta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO



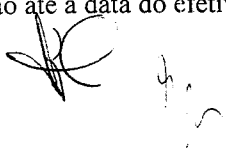
5.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão, a SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., acima qualificada, a qual, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou o vencimento das Debêntures.

5.2. O Agente Fiduciário declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro, do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28/83"), para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições; e
- d) que não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28/83.

5.3. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelo deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura:

- a) parcelas semestrais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo a 1ª (primeira) devida na data da assinatura desta Escritura de Emissão e as demais devidas nas Datas de Pagamento de Juros.
- b) as remunerações previstas na alínea "a" do presente item serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- c) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento;



d) as remunerações não incluem as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma do item 4.1.6. da Cláusula Quarta acima;

e) em caso de inadimplemento pela Emissora das obrigações de pagamento aos debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. As despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.

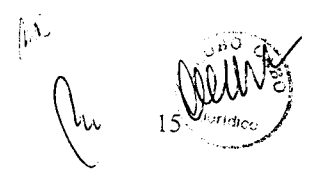
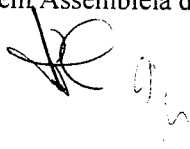
5.4. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

a) nos casos de vacância, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, será realizada Assembléia dos Debenturistas para escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

b) caso a convocação não ocorra em até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

5.4.1. A substituição permanente do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis juntamente com a Escritura. A substituição fica sujeita a comunicação prévia à CVM e sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos impostos na Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

5.4.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

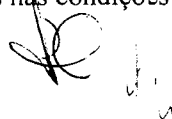


5.4.3. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, mediante publicação nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão.

5.4.4. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário. Será devida ao Agente Fiduciário substituído a parcela de remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data da efetiva substituição.

5.5. São deveres do Agente Fiduciário, com observância das obrigações previstas na legislação e regulamentação específica:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de impedimento ou inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se houver;



h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protestos, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

i) solicitar, quando necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão;

l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea “b”, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital social;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) aquisições realizadas no período, bem como vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;



17



(ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

(x) pagamento da remuneração prevista na alínea “a” do item 5.3. acima.

n) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da Emissora;

(ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, em local por esta indicado;

(iii) na CVM;

(iv) nas bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e

(v) em estabelecimento da instituição que liderou a colocação das Debêntures.

o) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações relativas a presente Emissão, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “n” acima;

p) manter atualizada a relação de debenturistas e seus endereços;

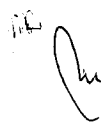
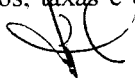
q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da presente Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(i) à CVM; e

(ii) às bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso.

s) custear (i) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros,



18



devidos em decorrência da execução dos serviços; e (ii) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários; e

t) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão prescritos no art. 60 da Lei nº 6.404/76, em função da garantia flutuante.

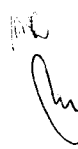


5.6. O comunicado aos debenturistas, no sentido de informá-los de que o relatório anual referido na alínea “m” do item anterior está à disposição, será publicado no prazo máximo previsto na alínea “n” do mesmo item, no jornal onde a Emissora deva realizar as publicações relativas à presente Emissão.

5.7. A notificação de que trata a alínea “r” do item 5.5. acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação no jornal onde a Emissora deva realizar as publicações relativas à presente Emissão e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. As despesas decorrentes de eventuais ações judiciais serão de responsabilidade e cobertura dos debenturistas.

5.8. O Agente Fiduciário, após decisão da Assembléia de Debenturistas, obedecido o *quorum* de instalação previsto no item 6.4. desta Escritura de Emissão, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- b) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora;
- c) requerer a falência da Emissora se não mais existirem bens para garantir as obrigações da Emissora; e,
- d) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura, nas hipóteses previstas no item 3.20. da presente Escritura.

5.8.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 5.8 acima se a Assembléia de Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das



Debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "b" do mesmo item.

5.8.2. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura de Emissão, os honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à cobrança.

5.9. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

5.9.1. O ressarcimento a que se refere o item 5.9. supra será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas.

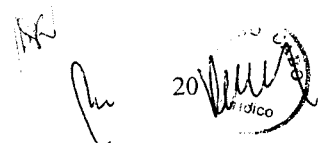
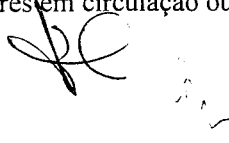
5.9.2. As despesas a que se refere o item 5.9. acima compreendem, inclusive, o seguinte:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoção entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

Cláusula Sexta – DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

6.1. Os titulares das Debêntures de que trata esta Escritura de Emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

6.2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.



6.3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a Assembléia Geral de Acionistas.

6.4. A Assembléia dos Debenturistas será instalada, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação mais uma Debênture e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

6.5. Na hipótese de a Assembléia dos Debenturistas não ter sido convocada pelo Agente Fiduciário, deverá este comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

6.6. Nas deliberações da Assembléia dos Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

6.7. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive a renúncia, alteração ou revisão do Índice-Limite, dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação mais uma Debênture.

6.8. A declaração de vencimento antecipado da Debêntures, nos termos do item 3.20.1. da Cláusula Terceira acima, dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.



6.9. Para efeito da constituição dos quóruns de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula serão excluídas do número de Debêntures aquelas que a Emissora possuir em Tesouraria.

Cláusula Sétima – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

7.1. A Emissora, neste ato, declara que:

a) é uma companhia constituída e em funcionamento de acordo com a legislação das sociedades por ações em vigor e com as normas da CVM em vigor aplicáveis às companhias abertas;

b) a celebração desta Escritura de Emissão, bem como a assunção e o cumprimento das obrigações dela decorrentes não dependem de quaisquer outras autorizações dos seus órgãos deliberativos e executivos, além da AGE e das Reuniões do Conselho de



Administração realizadas nos termos dos poderes outorgados ao Conselho de Administração pela AGE;

c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; e

d) os termos desta Escritura de Emissão não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades.

Cláusula Oitava – DESPESAS

8.1. Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro desta Escritura de Emissão e das atas da AGE e das RCAs, bem como os custos com a publicação do extrato destas últimas, na forma da lei.

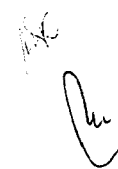
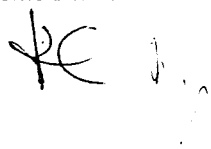
Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Globo Cabo S.A.
Rua Verbo Divino, nº 1.356
Chácara Santo Antonio - CEP 04719-002
São Paulo - SP
Tel.: (11) 5186.2681
Fax.: (11) 5186.2780
At.: Sr. Augusto Rocha Filho

Para o Agente Fiduciário:



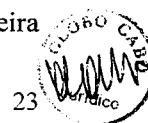
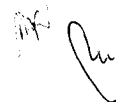
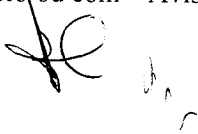
SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717 – 10º andar
Itaim Bibi – CEP 04530-001
São Paulo - SP
Tel: (11) 3048-9915 / 9830
Fax: (11) 3048-9914 / 9898
At: Sr. José Henrique de Oliveira Costa

Para o Banco Mandatário:
Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, sem número
Prédio Novíssimo, 3º andar
Vila Yara - CEP 06029-900
Osasco – SP
Tel: (11) 3684.8208
Fax: (11) 3684.8255
At: Sr. Farley Menezes da Silva

Para o Agente Escriturador:
Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, sem número
Vila Yara - CEP 06029-900
Osasco - SP
Tel: (11) 3684.3749
Fax: (11) 3684.5093
At: Sr. José Donizetti de Oliveira

Para a CETIP:
CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
SND - Sistema Nacional de Debêntures
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
Centro - CEP 01009-000
São Paulo - SP
Tel: (11) 3111.1596
Fax: (11) 3115.1664

9.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira



de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (“*answer back*”), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

Cláusula Décima - RENÚNCIA

10.1. Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Décima-Primeira - IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

Cláusula Décima Segunda - FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

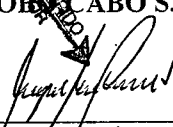
Estando assim certos e ajustados, a Emissora e, na qualidade de interveniente, o Agente Fiduciário firmam a presente Escritura de Emissão, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.



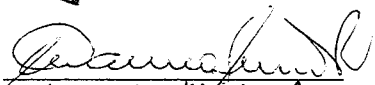


São Paulo, 05 de dezembro de 2000.


GLOBOCABO S.A.


1. 
Por: Moyses Aron Pluciennik
Cargo: Diretor



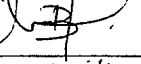
2. 
Por: Marco Aurelio dos Anjos Ferreira
Cargo: Diretor

SLW CORRETORA DE VALORES E CAMBIO LTDA.

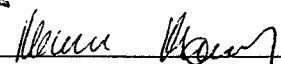
1. 
Por: GEORGE PEDRO MEYER
Cargo: Sociedade gerente

2. 
Por: JOAO ALBERTO LOPES
Cargo: Sociedade gerente

Testemunha: 

1. 
Nome: Mônica Grotkowsky Brett
RG: 25.828.124-8
CPF/MF: 282.284.038-52



2. 
Nome: Patricia Belini de Q. Rebouças
RG: OAB/SP 142.075
CPF/MF: CPF 185.426.128-25

CARTÓRIO DO 11º TABELÃO DE NOTAS - PAULO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ
R. Domingos de Moraes, 1062 - CEP 04010-100 - V. Mariana - SP - Tel.: (011) 5574-0944

RECONHECO por semelhança, a(s) firma(s): GEORGE PEDRO MEYER (56434),
JOAO ALBERTO LOPES (56433), as quais conferem com os padroes
depositados em Cartorio.

São Paulo, 17 de janeiro de 2001. N. 0260/19012001-3
Em testemunho da verdade.

Guia n. 014/01
01

Total R\$ 3,66

